



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIA E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA

JÂNIO ARAÚJO MOURA

ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE PACATUBA-CE

Fortaleza-Ce
2012



JÂNIO ARAÚJO MOURA

ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE PACATUBA-CE

**Dissertação apresentada à Faculdade de Economia,
Administração, Atuária e Contabilidade da
Universidade Federal do Ceará, como requisito final
para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências
Econômicas.**

Orientador: Professor José de Jesus Sousa Lemos

**Fortaleza-Ce
2012**

JÂNIO ARAÚJO MOURA

ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE PACATUBA-CE

**Dissertação apresentada à Faculdade de Economia,
Administração, Atuária e Contabilidade da
Universidade Federal do Ceará, como requisito final
para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências
Econômicas.**

Orientador: Professor José de Jesus Sousa Lemos

Aprovada em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Professor José de Jesus Sousa Lemos – Orientador
Universidade Federal do Ceará – UFC

Professora Sandra Maria dos Santos
Universidade Federal do Ceará - UFC

Demartone Botelho
Universidade Federal do Ceará - UFC

RESUMO

MOURA, Jânio Araújo. ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE PACATUBA-CE

Este trabalho analisa a situação sócio-econômica do Município de Pacatuba, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, uma das regiões mais industrializadas do estado. Para alcançar esse objetivo serão analisados os seus principais indicadores econômicos e sociais como IES, IDH e a linha de pobreza. O município apresentou um IES com considerável percentual de exclusão, mas em situação bem melhor apresentado por Lemos (2008) utilizando dados de 2000. Quanto ao IDH, o município ficou classificado entre as regiões de médio desenvolvimento humano. Foi feita uma pesquisa de campo em 89 domicílios, destes 18% estão abaixo ou na linha de pobreza. Suas principais fontes de renda são a agricultura, transferências governamentais, como o bolsa família, aposentadoria, mas o trabalho assalariado apareceu com o percentual mais significativo em relação às demais fontes de renda, o que é um sinal positivo, pois implica na melhora dos indicadores sociais do município. Mas ainda falta ao município políticas públicas, voltadas para as pessoas mais carentes, principalmente no sentido de melhorar os indicadores educacionais, a capacitação das pessoas que sobrevivem apenas com transferências governamentais, criando as condições necessárias para que elas possam ter possibilidade de aferir trabalho e renda que lhes garantam a subsistência e passem a viver com dignidade as suas próprias custas.

Palavras-chave: Pacatuba, Pobreza, Exclusão Social, Indicadores, Análise Socioeconômica.

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1 – Principais fontes de renda do Município de Pacatuba.....	28
Gráfico 2 – Índice que compõe o IES do município de Pacatuba.....	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Situação Geográfica do Município de Pacatuba.....	11
Tabela 2 – Divisão Político-Administrativa.....	12
Tabela 3 – População Residente.....	13
Tabela 4 – Estabelecimentos industriais por setor (2008 e 2009).....	14
Tabela 5 – Baliza para o cálculo do IDH.....	22
Tabela 6 – Pesos associados a cada um dos indicadores que definem o IES.....	25
Tabela 7 – Fontes de Renda do Município de Pacatuba.....	28
Tabela 8 – Família com apenas uma fonte de renda.....	29
Tabela 9 – Famílias que sobrevivem com até duas fontes de renda.....	29
Tabela 10 – Distribuição dos Salários.....	30
Tabela 11 – Índices que compõem o IES aferidos para Pacatuba – 2011.....	31

LISTA DE APÊNDICE

Apêndice A – Questionário da Pesquisa de Campo.....	36
---	----

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS	05
LISTA DE TABELAS	06
LISTA DE APÊNDICE	07
1. INTRODUÇÃO	10
2. CARACTERIZAÇÃO E FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE PACATUBA	11
2.1 Aspectos Geográficos	11
2.2 Divisão Político-Administrativa	12
2.3 Breve História do Município de Pacatuba	12
2.4 Aspectos Populacionais	13
2.5 Aspectos Econômicos	14
3. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	16
4. INDICADORES SOCIAIS	21
4.1 Índice de Gini	21
4.2 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH	22
4.3 Índice de exclusão Social – IES	24
4.4 Índice de Pobreza Humana (IPH-1)	26
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	28
5.1 Principais fontes de renda das famílias	28
5.2 Distribuição dos salários	29
5.3 Índice de Exclusão Social	30

5.4 Índice de Desenvolvimento Humano	32
5.5 Linha de Pobreza	32
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
7. REFERÊNCIAS	35
APÊNDICE	36

1. INTRODUÇÃO

A motivação para realização desta pesquisa se deve ao fato do município de Pacatuba/Ce ser o local onde resido há pouco mais de cinco anos e também ao interesse em estudar a realidade de uma região que apesar do desenvolvimento industrial registrado nos últimos anos, ainda possuir níveis de desenvolvimento humanos muito baixos.

Políticas públicas de desenvolvimento eficazes são possíveis apenas com um conhecimento rigoroso do município, no sentido de conhecer suas potencialidades, bem como o que vem impedindo o seu desenvolvimento.

É com essa perspectiva que se pretende estudar o desenvolvimento econômico no município de Pacatuba, através de uma análise de seus principais indicadores econômicos e sociais atualizados, tendo em vista que em trabalho de Lemos (2008) estão apresentados indicadores sociais e econômicos desse município com base no ano de 2000.

O objetivo geral desse trabalho é estimar os indicadores de qualidade de vida do município de Pacatuba no período de 2010/11, bem como analisar os condicionantes que conduziram ao atual estágio de desigualdade social encontrados no município.

Os objetivos específicos do estudo são estimar:

A – As privações de serviços essenciais como: água, saneamento, coleta de lixo e educação no município de Pacatuba para o ano de 2011;

B – A privação de renda para as famílias desse município;

C – O Índice de Exclusão Social (IES) e indiretamente o Índice de Desenvolvimento Humano para Pacatuba em 2011.

Para alcançar esses objetivos, será desenvolvida uma pesquisa científica de natureza descritiva, bibliográfica e documental, que tem como fonte dados primários e secundários. Os dados secundários foram obtidos junto a órgãos como o IBGE, IPCE, dentre outros. Os dados primários foram obtidos mediante uma pesquisa de campo em 89 domicílios da sede do município de Pacatuba, usando questionários estruturados e pré-codificados como instrumento de coleta das informações.

A estrutura do trabalho compreende, além dessa seção introdutória, uma seção onde são apresentadas algumas características e aspectos geográficos, políticos e socioeconômicos do município de Pacatuba. A terceira seção trata sobre pobreza e exclusão social. A quarta seção analisa os principais indicadores sociais. No quinto tópico temos as fontes de dados e a metodologia. A sexta seção apresenta os resultados da pesquisa e na última as considerações finais.

2. CARACTERIZAÇÃO E FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE PACATUBA

Nesta Seção são analisados os aspectos relacionados à geografia, história e população do município, bem como seu aspecto econômico. Com essas informações pretende-se mostrar como se formou o município de Pacatuba, as suas principais fontes de renda.

2.1 Aspectos territoriais e geográficos

O município de Pacatuba localiza-se na Região Nordeste do Estado. Pertence a região metropolitana de Fortaleza, como está demonstrado na Tabela 1, a aproximadamente quarenta quilômetros da capital. A área física do município é de 145,07 km², equivalente a 0,096% do território estadual, tendo como coordenadas geográficas a latitude de 3°59'03''S e longitude de 38°37'13''W. A altitude da sede é de 65,4 m

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte, com Fortaleza; ao Sul, Guaiúba; a Leste, com Itaitinga e, a Oeste, com Maranguape e Maracanaú.

Partindo-se de Fortaleza, o principal acesso rodoviário a Pacatuba é a CE-060, distando 39 km, sendo que a distância em linha reta é de 31 km.

Tabela 1 – Situação Geográfica do Município de Pacatuba

Coordenadas Geográficas		Localização	Norte	Municípios Limítrofes		
Latitude	Longitude			Sul	Leste	Oeste
3° 59' 03''	38° 37' 13''	Nordeste	Itaitinga, Fortaleza, Maracanaú	Guaiúba, Itaitinga	Itaitinga	Maracanaú, Maranguape, Guaiúba

Fonte: IBGE/IPECE (2010).

Segundo informações da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME, o município apresenta um clima quente semiárido úmido com pluviometria média de 1.479,5 mm. Tendo chuvas concentradas de janeiro a maio. As temperaturas médias giram em torno de 32°C, a máxima, e 26°C a mínima.

Os principais recursos minerais encontrados no município são o calcário, a diatomita e o granito. O sítio de valor paisagístico compreende toda a faixa serrana, destacando-se como unidades geomorfológicas os tabuleiros pré-litorâneos do Grupo Barreiras, os maciços residuais e a depressão sertaneja.

Os acidentes geográficos predominantes no município são: a Serra de Aratanha e o Serrote Piroá. Os solos são constituídos por podzólico vermelho-amarelo, eutrófico,

planossolo, solódico e litólico eutrófico com uso apropriado para culturas de subsistência, fruticultura (banana) e pecuária extensiva.

Os recursos hídricos compõem-se, basicamente, da Bacia Hidrográfica do Pacoti (295 km²), que abrange todo o município, e dos rios Pacatuba e Boaçu.

No que diz respeito ao armazenamento de água superficial, Pacatuba conta com nove (9) açudes, que representam um volume de 4.657 mil m³, destacando-se os açudes Gavião, Acarape do Meio e Pacoti-Riachão, e Três Lagoas, com capacidade de 210 mil m³.

2.2 Divisão Político-Administrativa

A divisão político-administrativa do município compõe-se de quatro (4) distritos: Pacatuba, Monguba, Pavuna, Senador Carlos Jereissate. Conforme se observa na Tabela 2.

Tabela 2 – Divisão Político-Administrativa

Códigos	Distritos	Ano de Criação
230970605	Pacatuba	1869
230970633	Monguba	1989
230970635	Pavuna	1869
230970650	Senador Carlos Jereissati	1890

Fonte: IBGE/IPECE (2010).

2.3 Breve História do Município de Pacatuba

O município de Pacatuba era distrito de Maranguape, por ato de 18 de Março de 1842. Foi criado pela Lei n° 1.284, de oito (8) de Outubro de 1869, que elevou a povoação de Pacatuba à categoria de vila, criada pela Lei n° 2.167, de 17 de Agosto de 1889.

O arraial primitivo resultou de sesmarias concedidas: a primeira, em 1683, à abastada família dos Correias, vinda do Rio Grande do Norte, no sítio chamado Pacatuba; a segunda, doada em 1693 a outro posseiro, Pedro Lolos, pelo Capitão-mor Tomás Cabral de Olival e, por fim, a Gabriel da Silva do Lago concedeu a Tomé da Silva e companheiros, para o povoamento da mesma Serra da Pacatuba.

A freguesia foi criada sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, pela Lei 1.305, de 5 de Novembro de 1869, e canonicamente instituída por provisão de 31 de Janeiro de 1870. No dia primeiro de fevereiro daquele ano de 1870, foi nomeado pelo primeiro vigário, Padre Bernadinho de Oliveira Memória, que tomou posse no dia 13 seguinte.

O nome é indígena e significa “lugar abundante de paca”. A etimológica do nome do município é constituída de “paca”, animal roedor, e “tuba”, que significa lugar abundante: ou, segundo José de Alencar, “canto do leito das pacas”. Pela designação do município depreende-se que nos seus primórdios havia muito desse roedor pelas florestas e matas do antigo município.

Pacatuba é a terceira cidade do Ceará a libertar totalmente os cativos negros. Fica situada no sopé da Serra de Aratanha, ou Serra de Pacatuba. Foi servida por uma das estações da RFFSA, que foi inaugurada em nove (9) de Janeiro de 1876.

2.4 Aspectos Populacionais

Verifica-se uma evolução quantitativa da população do município. Segundo os últimos censos demográficos de 2000 e 2010. De acordo com as informações constantes na Tabela 3, constata-se que a população cresceu no período 39,8% naquele interstício de tempo.

Quanto à composição do município por zona de ocupação, verifica-se que em 2000, algo como 90,97% dos habitantes do município viviam na zona urbana e apenas 9,03% na zona rural, ou seja, Pacatuba tem uma população predominantemente urbana. Entretanto, a taxa de urbanização decresceu 5,59%, passando de 90,97% em 2000 para 85,88% em 2010. Enquanto a população rural teve um acréscimo de 52,25%.

Já a composição no município de homens e mulheres, manteve-se praticamente constante no período. Em 2000, o município continha 49,03% de homens, contra 50,97% de mulheres. No censo realizado pelo IBGE no ano de 2010, a relação manteve-se praticamente a mesma, sendo a presença dos homens de 49,24% e das mulheres de 50,76%.

Tabela 3 – População Residente

Discriminação	2000		2010	
	Nº	%	Nº	%
Total	51.696	100,00	72.299	100,00
Urbana	47.028	90,97	62.095	85,88
Rural	4.668	9,03	10.204	14,11
Homens	25.346	49,03	35.599	49,24
Mulheres	26.350	50,97	36.700	50,76

Fonte: IBGE/IPECE.

2.5 Aspectos Econômicos

A atividade econômica do município tem como principal suporte o setor industrial, que se encontra em plena expansão, reforçado pelo Programa de Desenvolvimento Industrial e Atração de Investimentos do Governo do Estado. Nesse ambiente, observa-se a inserção de industriais atuando no mercado de bebidas, vestuário, geração de energia elétrica, bem como de embalagens e laminados plásticos em processo de implantação.

O setor terciário de comércio e serviço se apresenta em segundo lugar na ordem de investimentos da Região Metropolitana de Fortaleza, e encontra-se inserido no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Governo do Estado do Ceará, onde o turismo é contemplado como estratégia de desenvolvimento. Nesse contexto, Pacatuba figura como núcleo turístico municipal integrado ao circuito metropolitano possuindo selos fornecidos pela EMBRATUR que compravam a sua habilitação para a atividade turística.

2.5.1 Indústria e Comércio

Segundo dados do Anuário Estatístico do Ceará (IBGE), em 2009, o município contava com 82 indústrias, sendo 68 de transformação, ocupando assim a 28ª posição do ranking estadual.

Das indústrias de transformação em Pacatuba, de acordo com os dados contidos na tabela 4, destacam-se as de vestuário, calçados e artefatos de tecido (47%), de produtos alimentares (19%), mobiliário (9%) e químico (6%).

Tabela 4 - Estabelecimentos industriais por setor (2008 e 2009)

Discriminação	2008	2009
Produtos de minerais não metálicos	1	1
Metalúrgica	1	1
Mecânica	2	2
Material de transporte	1	1
Madeira	1	1
Mobiliário	6	6
Borracha	1	1
Química	4	4
Material plástico	4	4
Têxtil	2	2
Vestuário, calçados, artefatos, tecidos, couros e pele	32	32
Produtos alimentares	13	13
Total	68	68

FONTE: www.pacatuba.com.br

Ressalte-se, ainda, que no mesmo período, o Ceará possuía 12.659 unidades industriais espalhadas por todo o Estado e que o município de Fortaleza liderava o ranking industrial, com 6.041 indústrias de transformação em atividade, o que representava 47,7% daquele total. Em seguida, vinha Juazeiro do Norte com 604 estabelecimentos industriais.

No que diz respeito às atividades comerciais, observa-se que, em 2009, Pacatuba possuía 363 estabelecimentos em funcionamento dos quais 99,2% eram varejistas. Ressalte-se ainda a predominância minimercados, mercearias e armazéns com predominância de produtos alimentícios (43,8%).

No ano em questão, o Estado possuía 3.558 estabelecimentos atacadistas e 82.806 varejistas.

3. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Durante muito tempo, a pobreza não esteve no centro das atenções de políticos e de teóricos, porque, considerada uma “anomalia” na evolução normal de uma sociedade moderna, não necessitava de intervenções sistematizadas por parte da sociedade ou do Estado, nem de teorias específicas.

Tinha-se, aliás, como certo que o crescimento econômico associado com a ideia de desenvolvimento, teria como consequência inevitável e automática a redução da pobreza, pelas maiores oportunidades de emprego, consumo e riqueza criadas.

Nesse sentido, a pobreza era vista como uma ausência de riqueza, com as consequentes privações, resolvida, em condições normais, pelo crescimento econômico ou, pontualmente, por ações do tipo assistencialistas (aos mais pobres).

Por essa razão, julgava-se que os países ricos estavam livres desse “problema”, ou que, pelo menos, o tinham feito recuar para níveis civilizados, como consequência dos seus processos de desenvolvimento, sendo então a pobreza a imagem de marca dos países subdesenvolvidos.

Incentivava-se então, que os países subdesenvolvidos imitassem os bons exemplos dos países ricos, erradicando esse problema através de processos de crescimento econômico de base industrial.

As últimas décadas vieram desmentir, de forma chocante, estes autênticos mitos. Mostrando que nem os países ditos ricos estão hoje livres desses problemas. Não é por isso de estranhar que a pobreza e a exclusão social se tenham tornado, nos últimos anos, um dos temas que mais parece preocupar quer os responsáveis pelos organismos internacionais, quer os governantes de diversos países (ricos e pobres), quer os vários estudiosos que se têm mergulhado no assunto. Passaram a integrar as agendas políticas nacionais e internacionais que procuram encontrar estratégias comuns para gerir as grandes preocupações atuais do nosso planeta: as ameaças e os riscos ambientais, a insegurança, o desemprego, a explosão demográfica, os conflitos armados, o terrorismo e, claro, a pobreza e a exclusão social.

Face à ignorância e a passividade das décadas anteriores, a visão a respeito da pobreza e exclusão social mudou, e é hoje considerado como uma das situações mais intoleráveis e mais injustas e como uma das maiores ameaças à paz e ao desenvolvimento no mundo atual.

Pode-se definir, portanto, que a pobreza é uma situação que atinge grande parte da população mundial. Apesar de que em alguns países como afirma Rocha (2000), a persistência da pobreza está relacionada à baixa renda nacional que é insuficiente para

garantir o mínimo considerado indispensável a cada um dos cidadãos. Em outros, como é o caso do Brasil, o produto nacional é suficientemente elevado para garantir o mínimo necessário a todos, no entanto, a pobreza se deve a má distribuição de renda. Segundo dados do IBGE (2011), o PIB *per capita* do país foi de R\$ 21.252, entretanto o índice de Gini foi de 0,519. Dessa forma, mesmo em países com crescimento econômico, podem existir altos níveis de pobreza, se não houver uma maior equidade na distribuição de renda.

“São consideradas pobres as famílias cuja renda familiar *per capita* é inferior à linha de pobreza” (ROCHA, 2003, p. 8). Apesar da importância da mensuração da pobreza, para fins de formulação de políticas públicas no sentido de combatê-la, não existe no Brasil um consenso quanto à definição de linha de pobreza.

As medidas de pobreza podem ser divididas em medidas monetárias e não-monetárias. Nas medidas monetárias se enquadram as Linhas de Pobreza e Linha de Indigência. Define-se como Linha de Indigência o valor monetário necessário para a aquisição de uma cesta de alimentos que detenham a quantidade calórica mínima a sobrevivência. Já a Linha de Pobreza é o valor da Linha de Indigência acrescido do montante monetário capaz de arcar com as despesas básicas de transporte, vestuário e moradia (LOUREIRO, et al, 2009).

Baseando-se nestes indicadores, define-se um limite de renda para que as pessoas sejam consideradas dentro da linha de pobreza. O Banco Mundial, de acordo com o Documento de Trabalho nº 4620, considera um limite de rendimento de US\$1,25, como linha de pobreza, para países subdesenvolvidos, onde as pessoas que se encontram abaixo desse limite são consideradas pobres. Segundo a ONU, a linha de pobreza absoluta para habitantes dos países ricos seria de US\$2,00/dia por pessoa. No Brasil, alguns estudos consideram como pobre quem recebe menos de ½ salário mínimo por mês e indigente, os indivíduos que recebem menos de ¼ do salário mínimo mensalmente. Essas são medidas absolutas de pobreza, que permitem a identificação do contingente de pobres de um país.

Para Lemos (2008), há um inconveniente associado a essa forma de aferir pobreza, caso essa pessoa resida em países de terceiro mundo. Essa inconveniência está associada à variação cambial, que depende de vários fatores, ficando assim comprometida essa forma de aferir pobreza.

A principal crítica que se faz a construção dessas linhas é o fato de não retratarem todas as dimensões da pobreza. O conceito de pobreza, é bem mais amplo, como afirma Sem (2000), ele não se limita apenas a renda, e sim a privação de capacidades básicas. No entanto, tem-se alguns estudiosos que defendem a utilização desse indicador.

Para Rocha(2003), apesar do caráter multifacetado da pobreza, a mesma pode ser medida como insuficiência de renda, principalmente em economias como a do Brasil.

Onde a economia é essencialmente monetária, como no Brasil, pobreza pode ser, pelo menos como ponto de partida, entendida como insuficiência de renda. O procedimento habitual consiste em recorrer à renda das famílias como *proxy* do seu nível de bem-estar, já que a satisfação de necessidades básicas, principalmente aquelas no âmbito do consumo privado, depende da renda monetária (ROCHA, 2003, p.7).

Fazendo uso da abordagem das capacidades, o Programa das Nações Unidas (PNUD) apresentou em 1990 um novo indicador multidimensional, o indicador de desenvolvimento (IDH). O IDH buscou apresentar os aspectos fundamentais para o desenvolvimento humano, destacando as oportunidades que os indivíduos precisam ter na vida permitindo assim a sua inserção social. O IDH é a média aritmética simples de três variáveis: longevidade, educação (taxa de alfabetização, peso 2/3, e taxa de matrícula nos três níveis fundamental, médio e superior 1/3) e nível de renda (PIB *per capita* em dólares PPC). O IDH veio para se contrapor a outro indicador de desenvolvimento PIB *per capita*, medida unidimensional que vinha sendo utilizado como única forma para se aferir desenvolvimento. O índice buscava a inclusão de indicadores que pudessem mensurar, não só a dimensão econômica, mas também as variáveis sociais, ambientais e a qualidade de vida das pessoas, surgindo daí o conceito de desenvolvimento humano.

A Organização das Nações Unidas – ONU, no seu Relatório de Desenvolvimento (HDR) de 1997 conceitua pobreza como “negação das escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento humano, refletida em vida curta, falta de educação elementar, falta de meios materiais, exclusão e falta de liberdade e dignidade”.

Ainda de acordo com o (HDR) 1997, nos países em desenvolvimento no qual o Brasil faz parte, a “pobreza humana” que revela as carências em termos de curta duração de vida, analfabetismo e falta de acesso a serviços básicos, atinge cerca de um quarto da população.

O conceito de pobreza baseado exclusivamente na renda monetária implica em distinguir a pobreza absoluta da pobreza relativa. Dessa forma, uma medida de pobreza absoluta, ao distribuir um valor monetário entre pobres e não-pobres, pode ser definida de uma única forma em qualquer lugar do mundo, por ser determinada com base em valores monetários. Essa medida se ajusta melhor aos países pobres e em desenvolvimento, visto que nesses locais a questão de sobrevivência é de grande relevância. A pobreza relativa difere de lugar para lugar e está ligada a exclusão social dos indivíduos em relação à sociedade em que vivem (LOUREIRO, 2009).

O conceito de exclusão social é um bem mais complexo que a pobreza, pois as causas e consequências se entrelaçam (Rodrigues, 1999) faz essa distinção:

“(…) é fácil identificar as situações de pobreza, tendo por referência um standart mínimo em termos de rendimentos e nível de vida. Lamarque (1995) A exclusão, por seu turno, é um processo mais complexo em que causas e consequências aparecem entrelaçadas entre si, não sendo um processo redutível a situação de carência/escassez em termos de recursos patrimoniais, individuais ou globais. Enquanto que a pobreza é, sobretudo um processo estático (um “estado”), a exclusão é um processo dinâmico, associado a uma trajetória que conduziu à marginalização, presenciando-se a acumulação de handicaps vários (rupturas familiares, carências habitacionais, isolamento social, etc). A exclusão recobre situações de precariedade e situações de risco, não sendo, assim, um fenômeno marginal. É antes um fenômeno que afeta cada vez mais indivíduos, nomeadamente indivíduos provenientes de um leque cada vez mais amplo de grupos sociais. RODRIGUES (1999, apud SILVA 2010 p. 13).

Para Lemos (2008) exclusão social se constitui:

[...] num conceito muito mais amplo do que não estar inserido no mercado de trabalho formal. Os cidadãos podem estar fora do mercado de trabalho e usufruir de serviços sociais essenciais, que atenuam o estado de privação de renda. Por outro lado, podem estar inseridos no mercado de trabalho, auferindo rendimentos não dignificantes e ainda serem privados de serviços essenciais que deveriam ser providos pelo Estado. (LE MOS, 2008, p. 100-101).

No entanto, o conceito de exclusão social traz algumas das dimensões do conceito de pobreza, conforme afirma Rodrigues (1999, apud SILVA 2010 p.13):

A pobreza é entendida como um fenômeno integrantes da exclusão social, sendo aquela mais uma forma do que o resultado desta última, uma vez que a exclusão abrange formas de privação não-material, ultrapassando a falta de recursos econômicos. A ausência ou insuficiência de recursos sociais , políticos, culturais e psicológicos, é enquadrada teoricamente pelo conceito de exclusão social. RODRIGUES (1999 apud SILVA, 2010, p. 13).

O nível de pobreza, entendida como exclusão social, pode ser medido pelo Índice de Exclusão Social (IES), construindo por Lemos (2008). Esse índice ao contrário do IDH, que é uma medida de bem-estar social, é um índice que afere o mal-estar, ou seja, mede o nível de privação das necessidades básicas da população.

4. PRINCIPAIS INDICADORES SOCIAIS

Os indicadores representam um importante instrumento para monitorar a realidade social e econômica de uma região, servindo assim, para formulação e reformulação de políticas públicas. Devido a esse importante papel, devemos ter cuidado ao expressar em um único índice conceitos tão complexos, conforme afirma Lemos(2008):

São procedimentos reducionistas, à medida que objetivam compactar em um número (índice) toda a complexidade de um conceito. Apesar desse pecado original, podem-se encarar os resultados obtidos nessas tentativas como aproximações ou sinalizações do patamar de desenvolvimento (ou de exclusão social) e, a partir daí, buscar um entendimento mais acurado da realidade que o índice tentou capturar (LEMOS, 2008, p. 96).

Porém, alguns autores e organizações o consideram importante, para a formulação de políticas públicas, tendo em vista que:

[...] o conhecimento do significado, dos limites e potencialidades dos indicadores sociais pode ser de grande utilidade para os diversos agentes e instituições envolvidos na definição das prioridades sociais e na alocação de recursos do Orçamento Público. Se bem empregados, os Indicadores Sociais podem enriquecer a interpretação empírica da realidade social e orientar de forma mais competente a análise, formulação e implementação de políticas sociais. Na negociação das prioridades sociais, os indicadores sociais podem contribuir no apontamento da magnitude das carências a atender nas diversas áreas de intervenção. (JANUZZI, 2004).

A seguir serão apresentados os principais indicadores sociais que são utilizados como: distribuição de Renda (Índice de Gini), desenvolvimento humano (IDH), de Exclusão social (IES) e de medida de pobreza (IPH-1).

4.1 Índice de Gini

Criado pelo matemático italiano Conrado Gini em 1912, o índice ou coeficiente de Gini é uma medida de concentração ou desigualdade. É geralmente utilizado para calcular a desigualdade da distribuição de renda, ou seja, aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, onde o zero corresponde a completa igualdade de renda, e 1 corresponde à completa desigualdade, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

O índice de Gini também pode ser utilizado para medir o grau de concentração de qualquer distribuição estatística, tais como, medir o grau de concentração de posse de terra em uma região, da distribuição da população urbana de um país pelas cidades, dentre outros.

4.2 Índice de Desenvolvimento Humano

Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Ele parte do pressuposto de que para medir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. O IDH procura suprir algumas falhas de outros indicadores, tais como PIB.

Além de medir o poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para medir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativas de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino.

Antes do cálculo do IDH propriamente dito, se faz necessário a criação de um índice para cada uma das variáveis apresentadas. Para o cálculo dos índices – esperança de vida, de grau de instrução e de PIB -, são selecionados valores mínimos para cada indicador primário. (HDR,2010)

O desempenho em cada dimensão é expresso em termos de valor entre 0 a 1, utilizando a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{valor efetivo} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

O IDH é calculado pela média simples dos vários índices das variáveis.

Tabela 5 – Base para o cálculo do IDH

Indicadores	Valor máximo	Valor mínimo
Esperança de vida ao nascer (anos)	85	25
Taxa de alfabetização de adultos (%)	100	0
Taxa de escolaridade bruta combinada (%)	100	0
PIB <i>per capita</i> (PPC em USD)	40.000	100

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU (2010).

Método de aferição do IDH:

1. Cálculo do índice de esperança de vida

O índice de esperança de vida mede os progressos relativos de um país em termos de esperança de vida à nascença.

2. Cálculo do índice do grau de instrução

O índice de grau de instrução mede os progressos relativos de um país tanto quanto à alfabetização de adultos como à escolarização bruta combinada do ensino básico, primário, secundário e superior. Primeiro são calculados os índices de alfabetização de adultos e da escolarização bruta combinada. Posteriormente estes dois índices são combinados de modo a se obter o índice do grau de instrução, sendo atribuída uma ponderação de 2/3 à alfabetização de adultos e de 1/3 a escolarização combinada.

3. Cálculo do índice do PIB

O índice do PIB é calculado com base no PIB *per capita* ajustado (PPC em USD). No IDH, o rendimento entra como substituto de todas as dimensões do desenvolvimento humano não refletidas numa vida longa e saudável e no nível de conhecimento. O rendimento é ajustado porque, para atingir um nível elevado de desenvolvimento humano, não é necessário um rendimento ilimitado. Sendo assim, utiliza-se o logaritmo do rendimento.

4. Classificação do IDH

O IDH é classificado em uma escala de zero (nenhum desenvolvimento humano) até um (desenvolvimento humano total):

- Quando o IDH de um país está entre 0 e 0,499, ele é considerado país de baixo desenvolvimento ou subdesenvolvido;
- Quando o IDH de um país está entre 0,500 e 0,799, é considerado país de desenvolvimento médio ou país em desenvolvimento;
- Quando o IDH de um país está entre 0,800 e 0,899, é considerado país de desenvolvimento alto ou em desenvolvimento;
- Quando o IDH de um país está entre 0,900 e 1, ele é considerado muito elevado, sendo um país desenvolvido.

5. Cálculo do IDH

Uma vez calculados os índices de dimensão, o IDH é obtido pela média geométrica dos três índices de dimensão:

$$\text{IDH} = I_{\text{Vida}}^{1/3} \cdot I_{\text{Educação}}^{1/3} \cdot I_{\text{Rendimento}}^{1/3}$$

Encontrado o índice que é classificado em uma escala de zero a um, é possível classificar o país em Subdesenvolvido, em Desenvolvimento ou Desenvolvido. Podendo assim, fazer comparações com outras nações e mostrar o progresso que o país vem obtendo ao longo do tempo.

No entanto, segundo Lemos (2008), o IDH, apresenta algumas dificuldades no sentido de aferir padrões de bem-estar social e econômico, ou a sua negação, a pobreza, nas economias mais atrasadas, onde as estatísticas são muito mais difíceis de ser computadas com fidedignidade, fazendo com que alguns de seus índices fiquem superestimados nestas regiões mais pobres, como é o caso da longevidade, onde em muitos lugares, pobres vivem e morrem sem qualquer registro. Outra dificuldade, no caso do Brasil, a renda apresenta um grande variabilidade em torno da média, dificultando o rigor das informações. Também não é possível identificar o percentual da população que está incluída ou (excluída) do processo de desenvolvimento de um determinado país. Outro problema identificado, é o risco que há na manipulação do número de matrícula, sem a devida qualidade ou da implantação de programas de alfabetização de adultos para “reduzir” o percentual de analfabetos, e assim, ter algum tipo de vantagem na melhora do IDH.

Diante das dificuldades apresentadas pelo IDH, Lemos (2008) propôs a criação de um índice que melhor aferisse o percentual de pobres ou de excluídos de um determinado país, região, estado ou município.

4.3 Índice de Exclusão Social (IES)

Devido a todas as incertezas e dificuldades quando se pretende reunir em uma única variável, ou seja, num índice, o conjunto de informações para se conhecer os níveis de bem estar social de uma população, Lemos (2001) criou o Índice de Exclusão Social, o IES (APUD Lemos, 2008). O IES foi desenhado com a perspectiva de se ter uma aproximação mais eficiente dos percentuais de pobres ou excluídos do País. Ao contrário do IDH que afere bem estar social, o IES busca aferir o mal estar da população, ou seja, o percentual de excluídos, mas assim como o IDH, pode ser utilizado para hierarquizar os municípios e estados brasileiros pelos padrões de exclusão social. Outra diferença para o IDH é o fato do IES não utilizar ponderações iguais para as variáveis que o compõem, como faz o IDH. Além do objetivo da hierarquia, também tem o objetivo de identificar o percentual de excluídos das respectivas populações, tanto em termos globais, como individualmente para cada indicador de privação que o compõe.

Exclusão social refere-se à parte da população socialmente excluída, ou seja, sem acesso aos itens básicos para uma vida digna, como água encanada, serviços de saneamento básico, coleta sistemática de lixo (direta ou indireta), privação de educação e renda. Os índices aferidos pelo IES para identificar o grau de exclusão de uma região ou população estão apresentados abaixo:

Tabela 6 – Pesos associados a cada um dos indicadores que definem o IES

Variáveis Y_i	Pesos
Privágua	0,1460
Privsane	0,1471
Privlixo	0,1310
Priveduc	0,3119
Privrend	0,2640

Fonte: Lemos (2008) a partir dos dados do IBGE (2000).

O IES é constituído por cinco indicadores de exclusão social. Para o cálculo do IES é utilizado à seguinte equação:

$$IES_i = P_{i1}Y_{i1} + P_{i2}Y_{i2} + P_{i3}Y_{i3} + P_{i4}Y_{i4} + P_{i5}Y_{i5}; i=1,2,\dots,n;$$

Na definição acima, P_{ij} se constituem nos respectivos pesos (cuja soma é igual a um) associados a cada um dos indicadores Y_{i1} que entram na construção do IES associado ao i -ésimo município brasileiro, e que estão assim definidos:

$Y_{i1} = PRIVAGUA$ é a percentagem da população do i -ésimo município brasileiro que sobrevive em domicílios particulares que não tem acesso à água tratada;

$Y_{i2} = PRIVSANE$ é a percentagem da população do i -ésimo município brasileiro que sobrevive em domicílios que não tem acesso a esgotamento sanitário, ou ao menos uma fossa séptica para esconder os dejetos humanos;

$Y_{i3} = PRIVLIXO$ é o percentual da população do i -ésimo município brasileiro que sobrevive em domicílios que não tem acesso ao serviço de coleta sistemática de lixo doméstico, direta ou indiretamente;

$Y_{i4} = PRIVEDUC$ constitui-se no percentual da população maior de 10 anos que não é alfabetizada, ou tem menos de um ano de escolaridade, segundo definição do IBGE;

$Y_{i5} = PRIVREND$ é o percentual da população do i -ésimo município brasileiro que sobrevive em domicílios particulares cuja renda diária por pessoa é menor ou igual a US\$1,00.

O IES tem amplitude de $0 < IES < 100$, e ao contrário do IDH, quanto maior for o índice pior, ou seja, quanto mais próximo de 100, maior será o percentual de excluídos da localidade. O IES é, portanto, um instrumento de aferição do mal – estar da população residente nas localidades estudadas.

A inclusão dessas variáveis mostra-se essencial para a composição de um índice que busque demonstrar de forma mais verdadeira possível o grau de exclusão de uma

determinada população. A privação aos serviços de água tratada e saneamento produz inúmeros efeitos para a população, como doenças e a morte, principalmente de crianças vítimas da diarreia. A falta da coleta sistemática de lixo, de insetos, ratos, baratas e outros animais nocivos a saúde. Quanto à educação, é básico, haja vista que “não se concebe desenvolvimento sem educação”. A privação a renda se justifica por não se conceber o desenvolvimento sem o patamar mínimo de renda. (LEMOS, 2008).

4.4 Índice de Pobreza Humana (IPH-1)

Segundo Lemos (2008) nos últimos anos, a mídia passou a enfatizar os níveis de pobreza que atingem as economias atrasadas. A maioria das informações está baseada na análise da linha da pobreza estabelecida por entidades internacionais como Banco Mundial, Organização das Nações Unidas e Fundo Monetário Internacional. No final dos anos noventa, surgiram outras formas de aferição de pobreza. Uma delas está no Relatório da ONU de 1997, (HDR, 1997). Foi apresentado nesse relatório, pela primeira vez, o Índice de Pobreza Humana (HPI), que tenta medir os níveis de pobreza em Países subdesenvolvidos com base em quatro indicadores: percentagem da população, cuja esperança de vida é inferior a quarenta anos; percentagem de adultos analfabetos; e uma terceira variável que se constitui na combinação de três indicadores, a saber: percentagem da população sem acesso a água tratada, percentagem da população sem acesso a serviços de saúde, e percentagem de crianças menores de cinco anos com deficiência de peso.

Enquanto o IDH mede os progressos médios alcançados, o IPH-1 mede o grau de privação em três dimensões básicas do desenvolvimento humano contemplados no IDH:

- Uma vida longa e saudável: mede o grau de vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura medido através da probabilidade à nascença de não viver até os 40 anos.
- Nível de conhecimento: exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida através da taxa de analfabetismo de adultos.
- Um nível de vida digno: falta de acesso a meios econômicos de subsistência, medida através da média não ponderada de dois indicadores, a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com baixo peso a idade.

A fórmula de cálculo do IPH-1 é obtida de forma mais direta do que a do cálculo do IDH. Os indicadores utilizados para medir as privações já estão normalizados entre 0 e 100 (são expressos em percentagens), pelo que não há necessidade de criar índices de dimensão como no caso do IDH.

Estimativas do IPH-1

1. Medida do grau de privação de um nível de vida digno: O grau de privação de um nível de vida digno é medido através de uma média não ponderada de dois indicadores. Média não ponderada = $\frac{1}{2}$ (população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada) + $\frac{1}{2}$ (crianças com baixo peso para a idade).

2. Cálculo do IPH-1

A fórmula de cálculo do IPH-1 é a seguinte:

$$\text{IPH-1} = [1/3 (P1\mu + P2\mu + P3\mu)]1/\mu$$

Onde:

P1 = Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos (vezes 100)

P2 = Taxa de analfabetismos de adultos

P3 = Média não ponderada da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e das crianças com baixo peso para a idade.

$$\mu = 3$$

O referido relatório explica porque a utilização de $\mu = 3$, ressaltando que o valor de μ tem um impacto importante no valor do IPH-1. Se $\mu = 3$, o IPH corresponde à média das suas dimensões. Quando μ cresce, atribui-se maior peso à dimensão em que houver maior privação. Assim, à medida que μ cresce para o infinito, o IPH tenderá para o valor da dimensão em que o grau de privação é máximo. No relatório, o valor 3 foi utilizado para conferir um peso adicional, embora não excessivo, às áreas de privação mais aguda.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada na sede do município de Pacatuba entre os dias 10 e 28 de outubro de 2011.

5.1 Principais fontes de renda das famílias

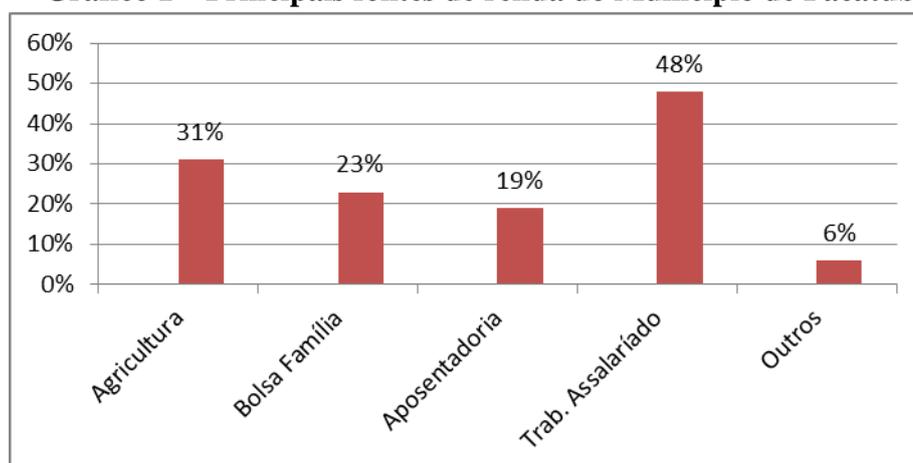
Na tabela 7 são apresentadas as principais fontes de renda do município de Pacatuba. A tabela demonstra que o trabalho assalariado tem participação da renda da maioria dos entrevistados, destes 48% desenvolve algum trabalho com carteira assinada. A agricultura compõe a renda de 31% das famílias, seguida pelo programa bolsa família, do governo federal, com 23%. Também merece destaque as 17 famílias que possuem sua renda composta pela aposentadoria, com 19%.

Tabela 7 – Fontes de Renda do Município de Pacatuba

Fontes de Renda	Total de Famílias	% em relação à amostra
Trabalho Assalariado	43	48
Agricultura	28	31
Bolsa Família	20	23
Aposentadoria	17	19
Outros	5	6

Fonte: Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011.

Gráfico 1 – Principais fontes de renda do Município de Pacatuba



Fonte: Elaboração própria.

Na tabela 8, a seguir, estão representadas as famílias que sobrevivem com apenas uma fonte de renda. Das 89 famílias pesquisadas, 28 possuem apenas uma fonte de renda. Verifica-se certo equilíbrio entre as principais fontes de renda, o trabalho assalariado aparece como única fonte de renda para 10 famílias, o que representa 11% da amostra, seguida pelo bolsa família com 9% e a aposentadoria com 8% da amostra.

Tabela 8 – Família com apenas uma fonte de renda

Fontes de Renda	Total de Famílias	% em relação à amostra
Trabalho Assalariado	10	11
Bolsa Família	8	9
Aposentadoria	7	8
Outros	3	3

Fonte: Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011.

Na tabela 9 constam as famílias que sobrevivem com até duas fontes de renda. Para esse grupo, três são as fontes de renda que mais contribuem para a formação da renda familiar. Em primeiro lugar aparece a agricultura, que faz parte da renda de 27 famílias, mesmo não sendo proprietários de terra, visto que apenas 6% dos entrevistados disseram possuir terras, essa fonte de renda teve participação na renda de 45% da amostra. Em segundo lugar temos o programa bolsa família do governo federal, com 15 famílias, representando 25% da amostra. Em terceiro lugar a aposentadoria, com participação na renda de 11 famílias, o que representa 18% das famílias pesquisadas.

Tabela 9 – Famílias que sobrevivem com até duas fontes de renda

Fontes de Renda	Total de Famílias	% em relação à amostra
Agricultura	27	45
Bolsa Família	15	25
Aposentadoria	11	18
Outros	7	12

Fonte: Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011.

5.2 Distribuição dos salários

Na tabela 10 está representada a distribuição em frequência absoluta e relativa das rendas das famílias entrevistadas em Pacatuba. Os salários estão divididos em 6 estratos, com uma maior concentração nos estratos de até 2 salários mínimos. O estrato de menor faixa salarial, de Zero a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, apresenta uma frequência de 19 famílias, que representa uma frequência relativa de 21%. No segundo estrato com rendas de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, aparecem 21 famílias, que corresponde a 24% da

frequência relativa. No terceiro estrato com a renda de 1 a 2 salários mínimos, aparecem 33 famílias, que representa uma frequência relativa de 37%. No quarto estrato com rendas de 2 a 3 salários constam 8 famílias, que corresponde a uma frequência relativa de 9%. No quinto estrato, temos o grupo de famílias com rendas entre 3 e 5 salários mínimos, aparecem nesse estrato 7 famílias que representam 8% de frequência relativa. E por fim, no estrato de maior faixa salarial em que os salários dos entrevistados estão distribuídos, aparecem apenas 1 família, com rendas de 5 a 10 salários mínimos, o que representa apenas 1% das famílias pesquisadas.

Tabela 10 – Distribuição dos Salários

Estrato	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
ZERO a ½ salário mínimo	19	21
½ a 1 salário mínimo	21	24
1 a 2 salários mínimos	33	37
2 a 3 salários mínimos	8	9
3 a 5 salários mínimos	7	8
5 a 10 salários mínimos	1	1

Fonte: Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011.

5.3 Índice de Exclusão Social (IES)

Para entender melhor como se dá o desenvolvimento econômico, ou a sua negação (a pobreza) ou exclusão social, foi estimado o IES para o município de Pacatuba para 2011.

O Índice de Exclusão Social – IES é estimado através de cinco índices de privações com seus respectivos pesos, sintetizados na equação abaixo:

$$IES_i = P_{i1}Y_{i1} + P_{i2}Y_{i2} + P_{i3}Y_{i3} + P_{i4}Y_{i4} + P_{i5}Y_{i5}; i=1,2,\dots,n;$$

$$IES = 34,8\%$$

Os indicadores que formam o índice de exclusão social do município foram aferidos a partir de dados coletados em uma pesquisa de campo realizada entre os dias 10 a 28 de outubro de 2011 em 89 domicílios na sede do município de Pacatuba, coletando ¾ em áreas mais carentes e ¼ em áreas menos pobres.

O IES é composto pelos seguintes índices: Privágua, que registrou 14,0% de domicílios com privação de água encanada. O Privsane, com 39,0% de domicílios com privação de saneamento (entendido como não tendo ao menos uma fossa séptica para esconder os desejos humanos). O Privlixo com 19,0% de domicílios não atendidos pelo

serviço de coleta sistemática de lixo doméstico (direta ou indiretamente). O Priveduc apresentou 11,0% de pessoas maiores de 10 anos não alfabetizados ou com menos de 1 ano de escolaridades. O Privrenda foi o pior índice com 80,0% de pessoas que sobrevivem em domicílios cuja renda domiciliar varia de zero a dois salários mínimos. O IES do município apresentou 34,8% de exclusão social.

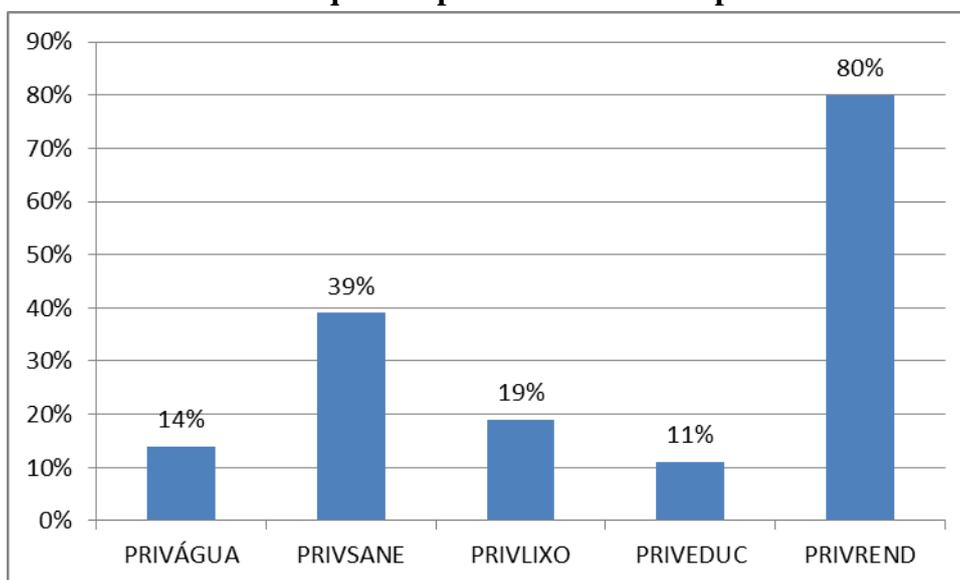
Tabela 11 – Índices que compõem o IES aferidos para Pacatuba - 2011

Índices	Percentual de Privações
Privágua	14%
Privsane	39%
Privlixo	19%
Priveduc	11%
Privrend	80%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011.

Conforme pode ser verificado no gráfico 2, os índices que mais contribuíram para esse percentual de exclusão social foram o Privrend e o Privsane.

Gráfico 2 – Índice que compõe o IES do município de Pacatuba



Fonte: Elaboração própria.

5.4 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi aferido indiretamente, através da seguinte equação (LEMOS, 2008):

$$\text{IDH} = 0,891 - 0,004758.\text{IES}$$

A relação inversa entre IDH e o IES pode ser aferida pelo coeficiente de correlação linear de Pearson. O valor estimado foi de -0,876. Em seguida estima-se a equação de regressão tendo como variável dependente o IDH e como variável explicativa o IES (LEMOS, 2008, p. 227). Conforme modelo proposto:

$$\text{IDH} = \alpha + \beta \text{ IES} + \varepsilon$$

Na equação acima, α é o coeficiente linear; β se constitui no coeficiente angular. Estes foram estimados pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MQO), sob a hipótese de que o termo aleatório α que aparece na equação tenha distribuição normal com média zero, variância constante e não seja auto-regressivo. As estimativas obtidas para os coeficientes angular e linear apresentam elevado nível de significância estatística (nível de significância nula), o que sugere o bom grau de ajustamento encontrado para o modelo que propusemos. (LEMOS, 2008,p. 227)

O IDH do município foi de 0,725 e segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano com IDH entre 0,5 e 0,8.

5.5 Linha de Pobreza

De acordo com a linha de pobreza adotada pelo Banco Mundial e alguns Organismos internacionais, onde é considerado quem sobrevive com até US\$1,25/dia, 18% dos domicílios da amostra (representando 86% dos 21% existentes no estrato de ZERO a ½ salário mínimo) sobrevivem com renda per capita de até US\$1,25/dia, ou seja, sobrevivem com até R\$51,60 mensais. Esse grupo de pessoas está abaixo ou na linha de pobreza. Foi considerada a cotação do dólar do dia 29 de fevereiro de 2012, que era de R\$ 1,72.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou analisar a exclusão social no município de Pacatuba através do índice de exclusão Social – IES, que afere os padrões de exclusão social, entendidos no estudo, como sinônimo de pobreza. O estudo permite concluir que o município, apesar da recente industrialização dos últimos 10 anos, não foge das características dos demais municípios cearenses.

Da amostra dos 89 domicílios pesquisados 82% possuem renda de até dois salários mínimos, e desses 18% sobrevivem com até US\$ 1,25 por dia, ou seja, estão abaixo ou na linha de pobreza.

O índice de exclusão Social – IES, aferido para o município de Pacatuba apresentou 34,8% de exclusão social, tendo sido aferido apenas para a área urbana. No trabalho realizado por Lemos (2008), cujos dados tem como base o ano de 2008, o município apresentou o IES com 36,6% de exclusão. Uma das possíveis razões para essa pequena diferença e redução no índice pode ser pelo fato da pesquisa ter sido realizada apenas na área urbana onde os indicadores sociais são bem superiores aos da zona rural.

Analisando os dados do IES, Viu-se uma pequena melhora nos indicadores que lhe compõem, visto que alguns desses indicadores apresentaram bons resultados, como o PRIVEDUC com 11%, o PRIVAGUA com 14% e o PRIVLIXO com 19% de privação. Os problemas mais graves ficaram com os indicadores de saneamento e renda, o PRIVSANE apresentou 39% de privação e o PRIVREND apresentou o pior indicador com 80% de privação no município.

O IDH do município ficou na zona intermediária de desenvolvimento humano, ou seja, considerado de médio desenvolvimento humano, de acordo com a classificação do PNUD.

Uma das ações para mitigar esse processo de exclusão social, seria o acesso por parte da população pobre, a empregos com remuneração compatível com o padrão de vida com dignidade, juntamente com o acesso as políticas públicas de saúde, nutrição, saneamento e educação. Os programas de transferência de renda, como o bolsa família, do governo federal, deveriam vir acompanhados de algum programa de qualificação profissional, afim de inserir essas pessoas no mercado de trabalho, criando assim as condições necessárias para que elas possam ter possibilidade de aferir trabalho e renda que lhe garanta a subsistência e passem a viver com dignidade.

No entanto, a participação da comunidade, das organizações não governamentais, das instituições privadas, é de fundamental importância, visto que as

políticas públicas devem envolver uma combinação de estratégias entre governo e sociedade.

7. REFERÊNCIAS

Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade. **Manual para elaboração de monografia**. Fortaleza: FEAAC, 2005.

IBGE. **Censo demográfico do Brasil de 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Mapa as exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. 2. Ed. Fortaleza/CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

LOUREIRO, A. O. F.; SULIANO, D.C.; OLIVEIRA, D.L. Uma análise da Pobreza no Ceará com base em diferentes linhas de mensuração. In: Proteção Social e Geração de Oportunidades: Programas Sociais, Crime, Educação, Saúde, Pobreza. 2009, Ceará, 15 p.

BRASIL. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2007**. . Disponível em <http://www.pnud.org.br>.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2011**. Disponível em: http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3837&lay=pde

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 1997**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/index.php?lai=ints&id=rel>.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 1995**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/index.php?lai=ints&id=rel>.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Entenda o cálculo do IDH Municipal (IDH-M) e saiba quais os indicadores usados**. 2003. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>.

PREFEITURA DE PACATUBA. Disponível em <http://www.pacatuba.ce.gov.br/>. Vários acessos.

ROCHA, Sônia. **Pobreza e Desigualdade no Brasil: O Esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real**. Texto para discussão nº 721. IPEA – Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Opções metodológicas para a Estimação de Linhas de Indigências e de Pobreza no Brasil**. Texto para Discussão nº 720 – IPEA, Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Curso de Graduação de Economia
Monografia de Conclusão de Curso de Economia
Jânio Araújo Moura

As informações deste questionário serão processadas de forma agregada e não individualizadas e serão utilizadas exclusivamente como suporte para pesquisa de conclusão de curso de graduação do autor, devidamente supervisionado pelo seu Professor Orientador. Depois de concluída a pesquisa, passadas as informações para as planilhas eletrônicas e devidamente conferidas, os questionários serão DESTRUÍDOS.

Assinale com um "X" a sua resposta:

1ª Quantas pessoas moram no domicílio:

- 1 pessoa 2 pessoas 3 a 4 pessoas 5 a 6 pessoas 7 a 8 pessoas 9 a 10 pessoas

Caso seja maior que 10 pessoas, indique quantas: _____

2ª Qual a sua idade (idade do entrevistado):

- 18 a 20 anos 21 a 25 anos 26 a 30 anos 31 a 40 anos 41 a 50 anos
 51 a 60 anos

Caso seja maior que 60 anos, indique a idade: _____

3ª Qual a sua escolaridade (escolaridade do entrevistado):

- analfabeto ou menos de 1 ano de escola de 1 (um) a 4 anos de escola
 mais de 4 anos de escola nível médio completo nível superior completo

4ª Tem acesso a água encanada: sim não

5ª Tem esgoto ou fossa séptica: sim não

6ª A casa onde você mora tem banheiro privado: sim não

7ª O carro de lixo da prefeitura coleta seu lixo 1, 2 ou 3 vezes por semana:

- sim não

8ª Qual a renda total da família:

- | | |
|---|--|
| <input type="radio"/> zero a ½ salário mínimo | <input type="radio"/> 5 a 10 salário mínimo |
| <input type="radio"/> ½ a 1 salário mínimo | <input type="radio"/> 10 a 15 salário mínimo |
| <input type="radio"/> 1 a 2 salário mínimo | <input type="radio"/> 15 a 20 salário mínimo |
| <input type="radio"/> 2 a 3 salário mínimo | <input type="radio"/> acima de 20 salários |
| <input type="radio"/> 3 a 5 salário mínimo | |

9ª Qual a fonte de renda da família:

- | | |
|-------------------------------------|--|
| <input type="radio"/> Agricultura | <input type="radio"/> Bolsa Família |
| <input type="radio"/> Aposentadoria | <input type="radio"/> Trabalho assalariado |
| <input type="radio"/> Pensão | |

Outras fontes de renda. Quais? _____

10ª Caso seja agricultor:

É proprietário de terra? sim não

Qual o tamanho da terra (hectares ou linhas)? _____

O que planta? (listar) _____

O que cria? _____

A produção agrícola é apenas para o consumo da família? sim não

11ª Tem televisão? sim não

12ª Tem geladeira? sim não

13ª Tem telefone? sim não

14ª Tem equipamentos de som? sim não

15ª Tem automóvel de passeio? sim não

16ª Tem carro de transporte de produto? sim não

17ª Tem motocicleta? sim não

18ª Tem bicicleta? sim não